



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**26/01/2017**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CONVÊNIOS.....	1
1.2. DESEMBARGADOR.....	2
1.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	3 - 4
2. JORNAL AQUI	
2.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	5
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	6 - 7
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DECISÕES.....	8 - 12
4.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	13 - 14
4.3. PROCESSO SELETIVO.....	15
4.4. VARA CRIMINAL.....	16 - 18
4.5. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	19 - 21
5. JORNAL EXTRA	
5.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	22 - 23
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	24
6.2. JUÍZES.....	25
6.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	26 - 27
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. JUÍZES.....	28 - 29
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. COMARCAS.....	30
8.2. DECISÕES.....	31
8.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	32
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. AÇÕES TJMA.....	33
9.2. DESEMBARGADOR.....	34
9.3. PRESIDÊNCIA.....	35
9.4. SERVIDOR PÚBLICO.....	36
9.5. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	37
9.6. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	38 - 40

## TJMA participará da campanha “Maranhão Contra as Drogas”

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, reuniu-se nesta segunda-feira (23) com a coordenadora da Comissão Externa Nacional de Combate às Drogas da Câmara Federal, deputada Eliziane Gama, que pediu a adesão do Poder Judiciário à campanha “Maranhão Contra as Drogas”.

A campanha está sendo deflagrada em todos os municípios maranhenses com o objetivo de enfrentar a problemática do consumo de crack e outras drogas por jovens no Maranhão.

“A questão do consumo de drogas por jovens é preocupante e cresce numa velocidade assustadora, se constituindo num grave problema de saúde pública, com sérias consequências sociais no futuro da juventude em vários municípios maranhenses”, assinalou o desembargador Cleones Cunha.

O desembargador garantiu que o Poder Judiciário se engajará na campanha e designou o juiz auxiliar da Presidência, Júlio Praseres, para acompanhar a questão no âmbito do Poder Judiciário, fazendo a articulação com as comarcas e instâncias da Justiça estadual para fortalecer a iniciativa.

A deputada Eliziane Gama afirmou que na guerra contra às drogas é importante a união de forças entre os órgãos e instituições públicas. “A participação efetiva do Poder Judiciário nessa importante campanha dará uma importante contribuição para transformar essa triste realidade que atinge os jovens maranhenses usuários de drogas”, salientou Eliziane Gama.

A parlamentar afirmou que as ações da campanha atingirão todos os municípios maranhenses, promovendo o diálogo sobre a problemática e incentivando a participação das prefeituras.

COMISSÃO - A Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre consumo de drogas entre jovens foi instalada no fim do ano passado e desenvolverá atividades nos estados com maior incidência de consumo de drogas do país.

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), divulgada pelo IBGE em agosto de 2016 mostra que a taxa dos jovens que usam drogas ilícitas aumentou de 7,3% em 2012 para 9% em 2015. Além das drogas ilícitas, é crescente o número de adolescentes que consomem bebida alcoólica.

*Assessoria de Comunicação do TJMA*

## **TJMA realiza primeira sessão plenária de 2017 nesta quarta-feira (25)**

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) reúnem-se nesta quarta-feira (25), a partir das 9h, na primeira Sessão Plenária de 2017, após o recesso forense e o período de férias dos advogados.

Além da Sessão Ordinária Jurisdicional – quando serão apreciados 17 processos –, os membros do colegiado participarão de uma Sessão Extraordinária Administrativa, cuja pauta inclui o Projeto de Lei que altera a tabela de vencimentos dos cargos efetivos do Poder Judiciário, a Resolução GP 2/2017 para aprovar a nova Comissão do Concurso Público para outorga de delegação dos serviços notariais e um processo de permuta entre magistrados.

As pautas das sessões podem ser consultadas pelo Portal do Poder Judiciário. A Jurisdicional através do sistema Jurisconsult, fazendo a busca por “Pauta de Julgamento”, com a referência de data. E a Administrativa na área “Serviços” na página principal do site, em “Sessões Administrativas”.

O Pleno do Tribunal de Justiça é composto pelos 27 desembargadores. É o órgão máximo dentro da estruturação hierárquica do Poder Judiciário estadual, com competência jurisdicional e administrativa.

Entre suas atribuições, destacam-se: declarar, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, a inconstitucionalidade de leis, julgar mandados de segurança, conflitos de competência, pedidos de intervenção, desaforamentos e uniformização de jurisprudência, entre outros.

**TRANSMISSÃO AO VIVO** – A sessão plenária será transmitida ao vivo pela Rádio Web Justiça do Maranhão, que também pode ser acessada na página principal do Portal do Judiciário ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)). Para usuários de aparelhos com Sistema iOS, o aplicativo da Rádio Web Justiça do Maranhão está disponível, gratuitamente, na Apple Store.

A emissora pode ser conectada, também, pelo aplicativo móvel TuneIn, fazendo uma busca pelos nomes Rádio TJMA ou TJMA. Quem tem sistema de mídia ou equipamento de som, com conexão por bluetooth ou USB, pode acessar a emissora no aparelho, em casa ou no carro, a partir de um celular conectado a uma rede wi-fi ou de dados móveis.

*Assessoria de Comunicação do TJMA*

## Prefeitura garante na Justiça continuidade dos serviços de transporte sem aumento de passagem



# Prefeitura garante na Justiça continuidade dos serviços de transporte sem aumento de passagem

A Prefeitura de São Luís garantiu na Justiça a continuidade dos serviços de transporte coletivo e sem aumento de passagem, conforme estabelecido no contrato assinado pelas empresas e consórcios vencedores da licitação que hoje operam o sistema. Na noite desta segunda-feira (23) a Justiça deferiu pedido de concessão de tutela de urgência feito pela Prefeitura. Além da garantia de continuidade do serviço, sob pena de multa de R\$ 500 mil por dia, a decisão judicial também atendeu ao pedido do município determinando que as empresas e consórcios não poderão mais usar o reajuste da passagem como saída para manter o equilíbrio financeiro do contrato e solucionar eventuais dissídios coletivos de trabalho.

Na prática, a decisão reforça os termos da licitação do transporte, realizada pela Prefeitura de São Luís no primeiro semestre do ano passado, e do contrato assinado pelas empresas e consórcios vencedores no último mês de setembro. Uma das cláusulas é que não podem ser exigidos quaisquer reajustes ou recomposições tarifárias antes de transcor-



*Prefeitura garante na Justiça continuidade dos serviços de transporte sem aumento de passagem*

rindo um ano da assinatura do contrato.

A decisão foi proferida pelo juiz Douglas de Melo Martins, titular da vara de Interesses Difusos e Coletivos. Na decisão, ele pontuou sempre que há movimento grevista por parte dos motoristas e cobradores, a Prefeitura é compelida pelas empresas a aumentar a tarifa de transporte. Mas conforme o texto da decisão, esta não é a solução do problema, haja vista que as empresas que participaram do certame já estavam cientes de que não haveria o aumento.

“Quando apresentaram suas propostas no processo licitatório, cada empresa e/ou consórcio já tinha

conhecimento de que o reajuste não poderia acontecer em prazo inferior a um ano e também que antes desse decurso de tempo aconteceria a negociação para a recomposição dos salários dos seus empregados”, diz a decisão. E completa: “Em nenhuma hipótese o atendimento das reivindicações dos trabalhadores pode repercutir na alteração da tarifa de transporte coletivo como forma de se manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato”. Além do Sindicato das Empresas de Transporte (SET) também serão notificadas da decisão a empresa Viação Primor LTDA e os consórcios Upaon-Açu, Central e Via SL.

No último final de semana, a Prefeitura de São Luís, por meio da Procuradoria Geral do Município (PGM) já havia garantido na Justiça a circulação de parte da frota de veículos. Em ação de Tutela Cautelar Antecedente ajuizada na Justiça, a Prefeitura requereu a circulação da frota, argumentando, entre outros fatores, tratar-se de serviço essencial à população.

**SERVIÇOS** - A licitação do sistema de transportes foi realizada pela primeira vez na história da cidade na administração do prefeito Edivaldo. O edital de licitação, bem como o contrato assinado após o certame, estabelece regras claras e padrões de qualidade que precisarão ser cumpridos pelas empresas, bem como mecanismos efetivos de fiscalização e cobrança.

Entre os padrões de qualidade estão a média de idade dos ônibus em circulação, a entrada, no sistema, de ônibus com ar condicionado e a ampliação do número de veículos com acessibilidade. Entre os anos de 2013 e 2016, a Prefeitura de São Luís garantiu, junto às empresas, a renovação de mais de 60% da frota em circulação na capital.

## ▶ PARA POPULAÇÃO

### **Defensoria Pública conta com novo espaço no Fórum de São Luís**

O defensor-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, e o subdefensor-geral Emanuel Pereira Accioly inauguraram o novo espaço da Defensoria Pública estadual nas instalações do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Situada no piso térreo do prédio, a sala foi toda reformada, equipada e climatizada para atender os assistidos com mobilidade reduzida. A entrega, que foi prestigiada por muitos defensores públicos, também

contou com a presença do diretor de Segurança do Fórum, major Ronilson Gomes Pinto. Para Werther Lima Junior, a inauguração do espaço faz parte de um conjunto de ações e medidas previstas para este ano, que ganharão impulso com a nomeação de 10 novos defensores públicos, no dia 9 de fevereiro. Segundo a agenda informada pelo gestor, ainda constam o curso de formação e a solenidade de posse dos novos membros, marcada para o dia 17 de março.

# EM AUDIÊNCIA, governo decide tirar sede da Funac do bairro da Aurora em dezembro

Em audiência de conciliação na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, realizada ontem (25), conduzida pelo juiz Douglas Martins, o governo decidiu fechar acordo com a Associação de Moradores da Aurora para retirar a unidade da Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão (Funac) do local até o dia 30 de dezembro.

Além de membros da as-

sociação e representantes do governo, a audiência foi acompanhada por pelo menos 200 pessoas, no auditório do Fórum Samey Costa, no bairro do Calhau.

O governo comprometeu-se, ainda, instalar um posto da Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) funcionando 24h no bairro e reformar uma quadra de esportes – com a implantação de uma academia, até o prazo de fechamento da sede da Funac no bairro.



**Juiz Douglas Martins, representantes do governo e associação de moradores**

*Em Audiência*

# Governo decide tirar sede da Funac do bairro da Aurora em dezembro



Moradores comemoraram a assinatura do acordo

**E**m audiência de conciliação na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, realizada ontem (25), conduzida pelo juiz Douglas Martins, o governo decidiu fechar acordo com a Associação de Moradores da Aurora para retirar a unidade da Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão (Funac) do local até o dia 30 de dezembro.....PÁGINA 2

## **Bacuri: decisão do TJ mantém Washington inelegível**

RONALDO ROCHA  
Da editoria de Política

Uma decisão do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos mantém a inelegibilidade de Dr. Washington (PDT) em Bacuri. O magistrado extinguiu Mandado de Segurança que tramitava no TJ, o que torna automaticamente sem efeito recente decisão do desembargador Raimundo Barros.

Barros havia homologado pedido de desistência de medida cautelar formulada pelo Município de Bacuri, o que, em tese, abria a possibilidade de Washington tomar posse.

Ocorre que essa decisão foi prolatada após o mandado de segurança ter sido extinto, o que impede o petista de assumir mandato.

“A decisão do eminente desembargador Raimundo Barros, que homologou pedido de desistência da medida cautelar incidental nº 59720/2016, formulada pelo Município de Bacuri, por sua nova gestão, é completamente inócua, pois atacava liminar proferida no mandado de segurança nº 59402/2016, que foi extinto por não ter sido sequer conhecido, ante a sua manifesta prejudicialidade em decisão lavrada do eminente relator, desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos”, pontuou o advogado Eduardo Aires Castro.

Castro explicou que Washington segue em situação de inelegibilidade e sem poder, por isso, tomar posse.

“A decisão não afasta a incidência da inelegibilidade do senhor Washington Luis de Oliveira, prevista na alínea 'g', do inciso I, do art. 1º da Lei Complementar nº 65/90, por ter tido a prestação de contas de governo e gestão da Prefeitura de Bacuri relativo ao exercício financeiro de 2010, de sua responsabilidade, desaprovada pela Câmara Municipal”, enfatizou. ●

**Funac da Aurora**

# Governo do Estado recua na marra

Após ação na Justiça e pressão da população do bairro, o Governo do Estado se compromete a desativar a unidade da Funac na Aurora até o fim do ano. CIDADES 1

Firoa Dolores



Moradores da Aurora comemoram após audiência pública

Fotos/Flora Dolores



Moradores da Aurora comemoram a vitória da saída da Funac do bairro até dezembro

# Moradores da Aurora conseguiram: Funac sairá do bairro

Até o fim de dezembro, a unidade, instalada a contragosto da comunidade, terá de ser desativada; decisão foi tomada em audiência pública de conciliação, realizada no Fórum Desembargador Sarney Costa

De Jesus



Comunidade da Aurora se mobilizou várias vezes com faixas em frente à unidade da Funac, mostrando seu descontentamento com a instalação

**O**s moradores do bairro Aurora conseguiram uma grande vitória no começo da tarde de ontem, quando, em audiência pública de conciliação, realizada no Fórum Desembargador Sarney Costa, o Governo do Estado se comprometeu a desativar a Unidade de Ressocialização da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), que foi instalada na comunidade no último dia 4, contra a vontade da população. Pelo acordo firmado, o prazo final para a saída dos adolescentes em conflito com a lei do imóvel é 30 de dezembro deste ano, nem um dia a mais.

A audiência foi realizada num auditório do Fórum, pois contou com a presença massiva dos moradores da Aurora e o juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos, achou melhor levar a reunião para uma sala bem maior, que foi totalmente ocupada. Da parte do Governo do Estado, participaram o secretário de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves, o procurador-Geral do Estado, Rodrigo Maia, e diversos secretários adjuntos de outras pastas, como a Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra).

A princípio, tanto governo quanto moradores pareciam estar em um impasse difícil de resolver, com relação à unidade da Funac. A associação de moradores do bairro, após várias deliberações, apresentou uma proposta de que a casa deveria ser desativada em no máximo seis meses, aliada a uma série de contrapartidas sociais e de infraestrutura, tais como a presença de polícia 24 horas no bairro, a reforma da quadra de esportes e melhorias de ruas e pontes.

O governo, por seu lado, afirmou que só poderia efetuar a remoção dos adolescentes no prazo mínimo de 18 meses, visto que as outras unidades da Funac, que podem vir a suprir a demanda do estado, ainda estão em fase de projeto, ou início de construção. Com isso, não haveria tempo hábil no prazo pedido pela comunidade.

Francisco Gonçalves relatou ainda que o governo já estaria em conversa sobre as outras reivindicações da comunidade, que estariam sendo encaminhadas. A secretária adjunta de Obras Setoriais da Sinfra, Leonara Gondim Ataíde, afirmou também que a quadra de esportes já teria sido incluída no cronograma de reformas da secretaria, por meio do Programa de Manutenção e Reforma de Logradouros Públicos. Com isso, a quadra passará a ser coberta e terá equipamentos para ginástica.

Mário da Silva, presidente da Associação de Moradores da Aurora, argumentou que não haveria condições de a comunidade aguardar 18 meses, já que alguns moradores eram contra esperar até mesmo os seis meses que foram propostos. Ele também destacou que as contrapartidas públicas, que foram pedidas pelos moradores como garantia, fazem parte das obrigações do estado, independente de acordo.

#### **Acordo**

Foi o juiz Douglas Martins, com o apoio do promotor Lindonjonson Gonçalves de Sousa, quem propôs os termos da conciliação. Ele sugeriu que a unidade da Funac fosse desativada até o fim deste ano, e explicou que uma "pendenga" judicial iria ocasionar perdas para

ambos os lados, já que poderia se estender por vários meses e talvez anos, dependendo da quantidade de recursos que fossem impetrados, o que iria causar cansaço e perdas financeiras para a população, enquanto o governo teria a imagem ainda mais arranhada, além de também ter de despende tempo e dinheiro.

O magistrado concedeu 15 minutos para que as partes deliberassem entre si. Findo o prazo, os moradores da Aurora decidiram aceitar a proposta do juiz, com prazo final até 22 de dezembro, para

---

### **Francisco Gonçalves pediu 12 meses**

---

que a desocupação fosse uma espécie de presente de natal à comunidade. Mauro Silva, da comissão de moradores, ressaltou que o prédio possui um contrato de aluguel de cinco anos, podendo ser prorrogado por mais cinco, ou seja, segundo ele, a unidade poderia ficar no bairro por até 10 anos, caso eles não tivessem feito algo. Então, era uma vitória a se comemorar.

#### **Contraproposta**

Francisco Gonçalves voltou com uma contraproposta de 12 meses. Segundo explicou, o governo trabalharia com afinco para desativar a casa na Aurora, mesmo que as outras unidades não estivessem prontas. Ele pediu os 12 meses, pois argumentou que existem entraves e problemas que podem surgir na administração pública que não são previstos. E isso poderia ampliar um pouco o prazo. Por is-

so, sugeriu também que uma nova audiência pública fosse realizada em um ano para avaliação dos trabalhos.

Douglas Melo destacou, no entanto, que, a menos que uma tragédia de grande nível, como um terremoto, justificasse o atraso, não existia por que se ampliar em mais um mês o prazo. Também descartou uma nova audiência, afirmando que isso causaria insegurança na população com relação ao cumprimento dos prazos por parte do governo do estado. Com isso, ele reiterou sua proposta de que o prédio fosse desativado até 30 de dezembro.

Por fim, Francisco Gonçalves e Rodrigo Maia concordaram com a proposta. Imediatamente, o documento do acordo judicial foi redigido e assinado por ambas as partes.

---

### **Prazo final para a saída da Funac é 30 de dezembro**

---

## União dos moradores foi fundamental

Desde que entrou em combate com o Governo do Estado contra a instalação de uma unidade da Funac em seu quintal, os moradores da Aurora se destacaram pela união. Logo no começo, assim que souberam que a casa, que pertencia a um membro do PC do B, partido do governador Flávio Dino, foi locada para ser a unidade de ressocialização, eles tentaram a via mais tranquila: a conversa.

Mas não deu certo. Segundo contam os moradores, até mesmo o governador os teria destrutado. Em certa conversa que tiveram com o mandatário, na qual pediram que ele revogasse a implantação da unidade, Flávio Dino teria afirmado que, enquanto fosse o governador, nem Deus tiraria o Centro de Socioeducação da Aurora.

Este foi o estopim para uma série de movimentos que contou com faixas pretas em frente às casas, barricadas na Rua Frei Hermenegildo, onde está a casa alugada e que foi fechada por vários dias para o tráfego de veículos, gritos de guerra ("Saúde e educação, Funac não!"), cultos e diversas reportagens em veículos de comunicação do Maranhão e do Brasil.

Dia e noite, os moradores não descansaram. Chegaram até a fechar, por um tempo, a Avenida Nossa Senhora da Conceição para chamar a atenção do governo, mas nada parecia que ia dar certo. Alguns moradores questionavam se iriam conseguir alguma coisa, já que sabiam estar lidando com um poder além do seu, aparentemente.

Juntos, eles também entraram com ações na Justiça para tentar sustar a ação do Governo do Estado. Uma dessas ações foi iniciada ontem, com a audiência de conciliação que resultou na vitória da comunidade.

### SAIBA MAIS

A Aurora é um dos bairros centenários de São Luís. São cerca de 20 mil moradores, muitos idosos que ainda lembram de como era a vida antigamente, que sofrem com falta de escolas, hospitais e segurança. Por isso a população fez questão de incluir na audiência de conciliação ações pertinentes a esses temas. Em mais de 100 anos, o bairro nunca teve uma escola, um único hospital, posto policial, ou nem mesmo uma farmácia, como afirma o morador Raimundo Costa. Fora isso, os moradores ainda têm que conviver, há mais de 40 anos, com a Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) do Anil, que antigamente era chamada de Central de Recolhimento (Cerec). A unidade sempre foi famosa em São Luís pelas constantes fugas, que sempre causam pânico na população. Uma dessas ações resultou na morte de dona Elisabete Raposo Costa, aos 65 anos de idade, quando bandidos invadiram seu quintal e polícia seguiu atrás. As trocas de tiro assustaram a mulher, que era hipertensa e teve um infarto fulminante.

## "Aluguel camarada" ainda irá a julgamento

Mesmo com o acordo entre os moradores da Aurora e o Governo do Estado, o juiz Douglas de Melo Martins afirmou que o inquérito civil iniciado na 28ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, sob responsabilidade do promotor Lindonjonson Gonçalves de Sousa, a respeito do aluguel do imóvel que pertence a Jean Carlos Oliveira, filiado ao PCdoB e funcionário contratado da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), segue em tramitação.

A informação de que o prédio foi alugado para beneficiar um correligionário do partido do governador, que teria participado inclusive de campanhas eleitorais de outros candidatos da sigla, foi divulgado em primeira mão por O Estado, que também divulgou outros casos de alugueis que estariam beneficiando companheiros de partido, ou ideologia do governador Flávio Dino.

Somente na Aurora, o aluguel já rendeu mais de R\$ 170 mil ao proprietário, contado o tempo em que a casa ficou fechada, desde 2015, com o aluguel mensal de R\$ 12 mil, que, após o desconto dos impostos, cai para R\$ 9,5 mil, sendo pagos religiosamente. O prazo de vigência do contrato é de cinco anos, podendo ser prorrogado por período igual. Se for levado até o fim, o senhor Jean Carlos Oliveira vai embolsar cerca de R\$ 570 mil do governo do estado, podendo chegar a mais de R\$ 1 milhão, em caso de prorrogação.

Ontem, na audiência de conciliação no Fórum Sarney Costa, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, afirmou que analisou o contrato firmado pelo aluguel da casa e que não existe ilegalidade alguma no ato. ●

## **Foragido de Pedrinhas é recapturado pela PM na Beira-Mar**

O foragido do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, identificado como Alexandro Rodrigues Costa, o *Alex*, de 34 anos, foi preso ontem por militares quando pretendia assaltar o coletivo da empresa 1001, de placas PSC-6472, que faz linha Circular Anel Viário, na Avenida Beira-Mar, nas proximidades do Terminal da Integração. Com ele, a polícia apreendeu um revólver calibre 32 com cinco munições.

Ainda segundo as informações do tenente-coronel Roberto, da Polícia Militar, os militares estavam realizando abordagens aos coletivos que transitavam por essa avenida e ao revistarem o ônibus encontraram Alex portando uma arma de fogo e tinha o objetivo de realizar assalto. Ele foi preso e apresentado no 1º Distrito Policial, no Centro.

Os policiais ainda constataram que esse criminoso tinha um mandado de prisão expedido pela 1ª Vara de Execuções Penais. Ele tinha sido beneficiado com a saída temporária do Dia das Crianças. ●

# Procurados pela Justiça são presos pela polícia no interior

Entre os capturados estava um suspeito de explodir uma transportadora de valores no Pará; ele já é sentenciado a 16 anos por assaltos a banco

Divulgação

Foragidos de outros estados foram presos ontem no interior do Maranhão. Um deles foi identificado como Takaracha de Lucena Lima, de 31 anos. A polícia informou que esse criminoso foi preso no Residencial Cinco Estrelas, na cidade de Imperatriz. Ele tinha mandado de prisão em aberto pelo estado do Pará.

A polícia também informou que o foragido é um dos suspeitos de ter participado, em companhia de mais 19 comparsas, de um roubo de uma empresa de transporte de valor localizada no bairro Novo Horizonte, em Marabá, ocorrido na madrugada do dia 5 de setembro do ano passado.

Nessa ação, o bando explodiu essa empresa, trocou tiro com a polícia, ateou fogo em veículos e fugiu da cidade em barco. Ainda segundo a polícia, Takaracha Lima também tinha outro mandado de prisão por roubo a banco com sentença condenatória a 16 anos de reclusão.

Ele foi preso ontem por militares e apresentado na Delegacia Regional de Imperatriz. O criminoso



**Takaracha de Lucena, preso em Imperatriz, será transferido para o Pará**

antes de ser transferido para o estado do Pará vai ser investigado pela polícia para saber se participou de assaltos no Maranhão, principalmente, a instituições financeiras.

Já na cidade de Carolina foi preso César Martins dos Santos, de 32 anos. De acordo com a polícia, havia um mandado de prisão contra ele expedido pela comarca do estado de Rondônia. Ele também tinha passagem pela Justiça de

Goiânia pelos crimes de tráfico de droga, porte ilegal de arma de fogo e falsificação de moeda.

A polícia prendeu na zona rural dessa cidade, Frankimar da Silva Costa, de 35 anos; José Chaves Feitosa, de 25 anos, e José Carlos Santos da Silva, o *Pipão*, de 29 anos, em cumprimento a mandado de prisão pelo crime de homicídio ocorrido nessa localidade em novembro do ano passado. ●

## Rede lança edital de seleção para pesquisador

A rede Justiça nos Trilhos lançou edital para seleção de um pesquisador com formação na área de Ciências Sociais, Serviço Social, Direito ou afins. A remuneração bruta é de R\$ 11 mil e o período da pesquisa será de fevereiro a maio de 2017. É necessário que o candidato tenha disponibilidade para viagens no Maranhão, inclusive aos finais de semana, além de experiência em trabalhos com comunidades.

No interior

# Militares estariam envolvidos no sumiço de PMs

Denúncia foi feita por testemunha que teria visto o soldado Carlos Alberto e o cabo Júlio César deixando Buriticupu com militares no dia em que desapareceram. **POLÍCIA 5**

# Militares estariam envolvidos no sumiço de PMs no interior

Denúncia foi feita por uma testemunha que teria visto o soldado Carlos Alberto e o cabo Júlio César deixando a cidade de Buriticupu no dia do desaparecimento com os militares; Polícia Civil investiga em segredo de Justiça

**D**ois soldados, um tenente e um major da Polícia Militar podem estar envolvidos no desaparecimento do soldado Carlos Alberto Constantino Sousa e do cabo Júlio César da Luz Pereira, ocorrido no dia 17 de novembro do ano passado, na região de Buriticupu. A denúncia foi feita por uma testemunha, nome não revelado, para a imprensa. A Polícia Civil informou ontem que o caso corre em segredo de Justiça, mas acredita que até a primeira quinzena do próximo mês o auto de investigação preliminar será concluído e encaminhado ao Poder Judiciário.

Ainda segundo a denúncia, o desaparecimento dos dois militares tem envolvimento com a apreensão de uma caçamba sem a ordem judicial, como também o registro de outras irregularidades que ocorrem de forma diária dentro da companhia da Polícia Militar, situada no município de Buriticupu.

O denunciante declarou que no dia 17 de novembro do ano passado o cabo César e o soldado Alberto teriam saído da cidade de Buriticupu em companhia de dois soldados da Polícia Militar, ambos lotados na companhia da PM do município, em um veículo L200

Triton para irem buscar a caçamba, e acabaram desaparecendo.

Também nesse dia o denunciante teria sido procurado em sua residência por um tenente e um major. Os militares teriam dito ao denunciante para não falar nada a respeito do sumiço dos militares, pois não era para ele se meter em "coisa de polícia". Após esse fato, ele fugiu de Buriticupu e, no momento, vive escondido.

## Testemunhas

Os familiares de um dos militares desaparecidos, nomes não revelados, declararam ontem por telefone que a polícia não concede muitas informações a eles sobre o trabalho da investigação, mas afirmam que está bem adiantado e vai solucionar o caso.

Eles também declararam que sabem da existência de um morador de Buriticupu que teria presenciado o cabo César e o soldado Alberto deixando a cidade em companhia de mais dois militares como ainda teria sofrido ameaça e, logo após, tomou rumo ignorado.

## Investigação

O desaparecimento desses dois militares começou a ser investigado pela delegacia de Polícia Civil da cidade, mas a partir da segunda

quinzena do mês de dezembro do ano passado, por determinação da cúpula da Secretaria de Segurança Pública (SSP), o trabalho investigativo passou para uma equipe da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP), sob a coordenação da delegada Nilmar da Gama.

A delegada informou que primeiramente foi instaurado o auto de investigação preliminar e o trabalho investigativo sobre esse caso está bem adiantado. Até a primeira quinzena do mês de fevereiro deste ano, a polícia vai encaminhar esse inquérito para a Justiça. Em relação à participação de militares no caso, ela afirmou que esse inquérito corre em segredo de Justiça. "Não posso conceder detalhes sobre o fato, pois corre em segredo de Justiça", afirmou Nilmar da Gama.

O Estado tentou entrar em contato com o comandante da Companhia de Polícia Militar da cidade de Buriticupu por telefone, mas não obteve resposta até a tarde de ontem. O comandante da Polícia Militar, coronel Frederico Pereira, declarou ontem no programa da **Mirante AM** que os dois militares ainda estavam desaparecidos. ●

---

**Testemunha que denunciou está desaparecida**

---

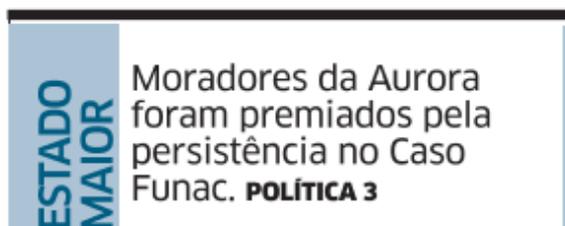
Divulgação



“ Não posso conceder detalhes sobre o fato, pois, corre em segredo de Justiça”

**DELEGADA NILMAR DA GAMA,**  
da SHPP

Soldado Carlos Alberto e cabo Júlio César da Luz estão desaparecidos desde o dia 17 de novembro



# ESTADO MAIOR

## Vitória da persistência

**O**s moradores da Aurora foram premiados ontem pela persistência na luta contra a implantação de uma unidade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac) no bairro.

Em audiência de conciliação realizada na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, conduzida pelo juiz Douglas Martins, o governo Flávio Dino (PCdoB) fechou acordo com a Associação de Moradores da Aurora para retirar do local o anexo do Centro de Juventude Canaã até o dia 30 de dezembro.

O imóvel ganhou notoriedade no Maranhão depois de **O Estado** denunciar que ele pertence a Jean Carlos Oliveira, filiado ao PCdoB e também funcionário do governo por meio da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap). Além disso, descobriu-se que o prédio estava alugado desde julho de 2015, mas só começou a ser utilizado um ano e meio depois.

***O Estado***  
**encampou desde o**  
**início a luta dos**  
**moradores,**  
**denunciando as**  
**irregularidades**

Foram mais de R\$ 170 mil pagos por uma casa vazia.

Esses fatores, aliados à pressão constante da comunidade, tornaram insustentável a manutenção da Funac encravada na localidade.

De quebra, os moradores ainda forçaram o governo a garantir a instalação de um posto da PM funcionando 24 horas nas proximidades do Centro de Juventude e a reforma de uma praça - com implantação de uma academia ao ar livre.

## EDITORIAL

# Voltou atrás

“ **E** u que mando, já determinei e será implantada a Unidade de Ressocialização na Aurora. Vocês querem que eu mate os meninos, que eu os jogue no mar ou no oceano? Já decidi. Está decidido. Vai pra lá e pronto!” Foi com esta declaração durante encontro com a vereadora Rose Sales no Palácio Henrique de La Rocque, no início deste mês, que o governador Flávio Dino tentou pôr um ponto final nas discussões sobre a instalação da Unidade de Ressocialização da Funac no bairro Aurora. A denúncia foi feita pela própria vereadora em sua página no Facebook, no dia 6 de janeiro.

Antes, o jornal *O Estado* havia descoberto que a tal casa alugada pelo Governo do Estado para instalação da unidade pertence a um filiado ao PCdoB, mesmo partido do governador. E mais, que o tal aluguel havia sido celebrado em 2015, muito antes de a unidade entrar em funcionamento, ou seja, antes de receber os menores infratores, a que se destina. O governador chegou a afirmar em redes sociais, que o “aluguel camarada” a aliado político era mera coincidência. Mas suas declarações não chegaram a convencer, dado o inusitado do assunto.

Somente neste mês de janeiro é que 7 menores foram transferidos para a unidade, sem que a mesma estivesse em condições físicas para tal. E mais, durante reforma física do prédio que ainda não havia sido concluída.

Mas ontem o governo recuou. Graças à persistente ação jornalística de *O Estado*, que ao longo desse período descobriu outros casos semelhantes, de aluguéis de partidários do governador, em situações paradoxalmente idênticas. E o governo voltou atrás, não por ser

bonzinho, ou visando implementar mais uma ação governamental. Pelo contrário: foi graças ainda às denúncias e protestos de moradores, que sempre alegaram que o bairro não é o local apropriado para instalação da tal unidade de ressocialização.

Durante todo esse tempo, com reações as mais diversas, partidas de vários setores da comunidade, o governo usou e abusou de sofismas para tentar iludir a opinião pública, fazendo crer que estava correto, enquanto as denúncias

publicadas por este jornal é que estavam no caminho oposto. Até aliados do governo criticaram a atitude do chefe do Executivo em não querer voltar atrás, principalmente no assunto relacionado aos alugueis camaradas.

Mas, enfim, a verdade falou mais alto. E numa audiência pública de conciliação, realizada ontem no Fórum Sarney Costa, com a presença de representantes da comunidade, do governo e do juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos, o governo voltou atrás. Foi intermediado pelo juiz um acordo que estabelece prazo de 12 meses para a retirada da unidade daquele local.

Todos os argumentos utilizados pelos representantes do governo na audiência foram derrubados pelo juiz Douglas Martins. Douglas Melo destacou, no entanto, que, a menos que uma tragédia de grande nível, como um terremoto, justificasse o atraso, não existia por que se ampliar em mais um mês o prazo. Também descartou uma nova audiência, afirmando que isso causaria insegurança na população com relação ao cumprimento dos prazos por parte do governo do estado. Com isso, ele reiterou sua proposta de que o prédio fosse desativado até 30 de dezembro.

**O governador chegou a afirmar que o “aluguel camarada” a aliado político era mera coincidência**

## **BAIXOU AS GUARDAS**

# **PRESSÃO DE MORADORES FAZ GOVERNO TRANSFERIR FUNAC PARA CASA DO 'CARVALHO'**

*O GOVERNO DO ESTADO NÃO SEGUROU PRESSÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA AURORA, DECIDIU ACATAR O GRITO POPULAR E VAI TRANSFERIR A UNIDADE DA FUNAC PARA BEM LONGE DOS MORADORES DAQUELA ÁREA DA CAPITAL. A VITÓRIA VEIO EM AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NA VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS DE SÃO LUÍS, REALIZADA NESTA QUARTA-FEIRA (25), CONDUZIDA PELO JUIZ DOUGLAS MARTINS, E FICOU DECIDIDO QUE A UNIDADE DA FUNAC VAI FICAR NA AURORA SOMENTE ATÉ DEZEMBRO DESTES ANO.*

PÁGINA 3

QUANTO MAIS LONGE, MELHOR

## Moradores botam quente e Governo do Estado decide transferir a Funac lá pra casa do Carvalho

Em audiência de conciliação na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, realizada nesta quarta-feira (25), conduzida pelo juiz Douglas Martins, o governo decidiu fechar acordo com a Associação de Moradores da Aurora para retirar a unidade da Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão (Funac) do local até o dia 30 de dezembro.

A decisão foi tomada depois que os moradores entraram na Justiça pedindo a retirada da unidade da Funac e da repercussão negativa sobre as denúncias de aluguéis irregulares. Além de membros da associação e do governo, a audiência foi acompanhada por pelo menos 200 pessoas, no auditório do Fórum Sarney Costa, no Calhau.

O governo comprometeu-



Moradores comemoraram a vitória contra o Governo do Estado

-se, ainda, instalar um posto da Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) funcionando 24h no bairro e reformar uma quadra

de esportes – com a implantação de uma academia, até o prazo de fechamento da sede da Funac no bairro.

**ENTENDA O CASO** - O governo do Maranhão paga aluguel desde 2015, mas o local só começou a funcionar no começo deste ano e mesmo assim de forma precária. Foram 18 meses de aluguel de uma casa fechada, totalizando um gasto aos cofres públicos de mais de R\$ 170 mil.

O dono do prédio é o engenheiro Jean Carlos Oliveira, que aparece na lista de filiados do PCdoB e também é funcionário da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), que administra o Porto do Itaqui.

O promotor Lindonjonson Gonçalves de Sousa, da 1ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, investiga desde terça-feira (10) o caso do aluguel do referido imóvel.



## *Casamento comunitário*

Uma parceria entre o Judiciário maranhense, Polícia Militar e Instituto Soldado Fernandes Pantera garantiu a realização do casamento comunitário que oficializou a união de 50 casais, em que um dos cônjuges é policial militar, além de 20 casais civis. A celebração ocorreu no fim da tarde do último sábado (14), no Templo da Assembleia de Deus do Calhau, em São Luís. Cinco magistrados realizaram cerimônia e dois pastores e um padre deram a bênção matrimonial. O evento reuniu cerca de 600 pessoas, entre familiares e convidados dos noivos. Da cerimônia, presidida pelo diretor do Fórum de São Luís, Sebastião Lima Bonfim, participaram também os juízes Clésio Coelho Cunha, José Américo Abreu Costa, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra e Rosária de Fátima Almeida Duarte. A bênção matrimonial foi dada pelos pastores Daniel Mendes (Assembleia de Deus) e Misael Rocha (capelão da Polícia Militar) e pelo padre Cláudio Corrêa (Paróquia do Cohafuma). Presente também o comandante-geral da PMMA, coronel Frederico Pereira.

## O juiz Teori Zavascki



**AURELIANO NETO**  
JUIZ DE DIREITO

Estava na quinta-feira, dia 19, descansando do almoço, quando a minha mulher da sala, com televisão ligada, me dava a notícia: – O ministro Teori morreu! E eu: – Como?!, perplexo. De imediato, fui a um dos canais informativos. A reposta foi me dada como um fulminante impacto de descrença inicial. Era a tragédia de um acidente aéreo que acabava de ceifar a vida do ministro Teori Zavascki, um renomado jurista, integrante do Supremo Tribunal Federal, para onde foi por indicação, em 2012, da presidenta Dilma Rousseff, em substituição ao ministro Cezar Peluso, que se aposentara ao atingir o limite dos 70 anos. E a sua história jurídica no âmbito nacional se inicia nesse primeiro ato. O Senado da República aprovou a sua indicação por 54 votos a 4. Antes o ministro Zavascki, nascido em 15 de agosto de 1948, em Faxinal dos Guedes, Santa Catarina, exerceu várias outras atividades jurídicas, como professor de Direito Processual Civil, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, advogado do Banco Central do Brasil, desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, órgão por ele presidido, cujo ingresso se deu pelo quinto constitucional. Em 2002, foi indicado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, sendo aprovado pelo Senado por 59 votos favoráveis, 3 contra e 1 abstenção. A sua nomeação para o STJ foi efetivada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cargo em que ficou até 2012, quando foi para o STF, onde ganhou expressiva notoriedade ao ser designado ministro relator da rumorosa Operação Lava Jato, de grande repercussão midiática.

André Singer, na sua coluna na Folha de

São Paulo, edição de 21 de janeiro 2017, sob o título Cada macaco em seu galho, falando sobre a isenção do ministro Teori diz que agia em silêncio e que, “relator da Lava Jato, deu raras declarações e fez poucas aparições em público. Badalação, zero. Imagine-se quanta solidão, e mesmo angústia, nas horas difíceis, deve ter passado. Ganhou, em troca, a medalha representada pela curta frase de Romero Jucá a Sérgio Machado: ‘É um cara fechado’, para significar que Zavascki era inabordável. O que de melhor se pode esperar de um juiz?” Na mesma edição, em editorial, a FS enaltece as virtudes desse juiz, referindo-se à conduta ética de Zavascki: “Como poucos, Teori resistiu às seduções dos holofotes. No plenário ou fora dele, não pautava sua atuação pelos apetites da plateia ou por vaidades pessoais – e muito menos pelo espírito de polêmica que infelizmente contamina alguns membros daquela corte”, o STF. Luís Roberto Barroso, que com ele conviveu no Supremo Tribunal, traça-lhe o perfil, em texto publicado na Folha de SP, em 22 de janeiro de 2017, p, A3, enfatizando a sua personalidade discreta, avessa a holofotes, que “ficaria imensamente incomodado com a comoção que causou e a atenção que está recebendo”. E acrescenta: “Teori tinha essa percepção, e supervisionava a Operação Lava Jato aristotelicamente: com virtude, razão prática e coragem moral.” Para acentuar: “Teori era mais de prudência do que de ousadias.”

Essas virtudes irradiavam desse magistrado, que soube ser, antes de tudo, juiz, ao não enveredar pelo caminho fácil do vedetismo, como é, infelizmente, cartilha da vaidade de muitos que fazem uso nocivo da toga para transformar o fazer “justiça” num ato de picadeiro fraseológico, com o escopo de atender a interesses confessáveis ou inconfessáveis. A imparcialidade era o atributo do ministro Zavascki, até porque o paradigma de um magistrado não é necessariamente a coragem, mas a imparcialidade, embora não o seja neutro, em face da sua formação

cultural, psicológica e moral. Mas ser, sobretudo, justo. Cumprir a lei, com ênfase no devido processo legal, declarando o direito na solução dos conflitos e realizando a justiça. Sem ser amigo ou inimigo das partes. Ser simplesmente juiz. O ministro Teori vinha, no STF, cumprindo esses predicativos da magistratura.

Os juristas Oscar Vilhena Vieira e Roberto Dias publicam análise, em 23 de janeiro de 2017, na FS, p. A5, e ressaltam que “num Supremo marcado pelo individualismo, vaidade e eventual histrionismo de alguns de seus membros, a atuação recatada, mas assertiva do ministro, comumente pautada na colegialidade, deu à operação a força institucional indispensável, para tantas e importantes pessoas pudessem ser investigadas, processadas e condenadas”. Ainda assinalam que, sem fanfarronices, mas cumprindo a sua função institucional, decretou a prisão do senador Delcídio Amaral, líder do governo, anulou as escutas telefônicas das conversas entre o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma, em face das ilicitudes praticadas, ao comprometerem o direito ao sigilo, e afastou o corrupto deputado Eduardo Cunha da presidência da Câmara Federal, suspendendo o seu mandato.

Investido no cargo de ministro do STF, Zavascki declarou: “O papel do juiz é fazer juízo da legitimidade dos atos em face das normas. Mas, às vezes aplicar a lei não se escapa da impopularidade. Por isso é que a Constituição assegura aos juízes a prerrogativa de serem vitalícios e inamovíveis”. Isso me leva a ter medo do juiz corajoso, como tenho pavor do medroso. Adoro um juiz justo, ousado nas suas decisões fundamentadas, sem o preconceito do prejulgamento. Nesta hora, presto homenagem a este juiz, que não agrada a todos, mas, com certeza, agrada a alguns, até porque juiz bonzinho e unânime é uma fantasia dantesca. Ou ele está muito certo ou muito errado, ou é a unanimidade que está. Não há dois pesos e duas medidas. Não se serve a dois senhores.



## ACORDO! **Funac permanece na Aurora**

Em acordo com a população, unidade da Funac permanecerá em funcionamento até dezembro deste ano. Após isso, migrará para sede própria.

VIDA

# Diálogo garante Funac funcionando na Aurora

Conduzido pelo juiz Douglas Martins, da Vara de Direitos Difusos e Coletivos, o acordo pôs fim a impasses sobre a instalação da unidade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac)

**A**pós iniciar uma série de diálogos com a comunidade da Aurora, conduzidos pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos (Sedihpop), o Governo do Estado assinou, ontem, acordo com representantes do bairro em audiência pública de conciliação, no Fórum Desembargador Sarney Costa. Conduzido pelo juiz Douglas Martins, da Vara de Direitos Difusos e Coletivos, o acordo pôs fim a impasses sobre a instalação da unidade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), na localidade.

O objetivo do diálogo foi buscar um caminho adequado para a manutenção da unidade da Funac no bairro da Aurora, garantindo a execução das medidas socioeducativas na área metropolitana.

O diálogo foi a palavra chave na audiência. “Abrir espaços de debate como este são muito importantes porque no Maranhão, atualmente, temos uma gestão participativa. Estamos lidando com políticas públicas que, para serem garantidas, necessitam do diálogo com a população. Este foi um processo litigioso, mas que estivemos muito dispostos a fazer um acordo e conseguimos”, assegurou o procurador geral do Estado, Rodrigo Maia.

Segundo o juiz Douglas Martins, da Vara de Direitos Difusos e Coletivos, o ato de ontem foi um importante momento para a conciliação entre as partes. “Durante a audiência, ouvi as partes, fiz sugestões e decidimos pela transferência dos adolescentes da unidade até dezembro de 2017. O Governo do Estado encaminhou uma equipe com poder de decisão e a presença da comunidade aqui nos ajudou a ter transparência em todo o processo”, afirmou Dou-



**O objetivo do diálogo foi buscar um caminho adequado para a manutenção da unidade da Funac no bairro**

glas Martins.

Depois de cumprir longa agenda de articulação e diálogo com a comunidade da Aurora, o titular da Sedihpop, Francisco Gonçalves, destacou que o acordo celebrado no Fórum nesta manhã foi o resultado de um processo de diálogo que foi retomado pelo Governo do Estado no dia 13 de janeiro. “Estivemos ao longo das últimas semanas comprometidos a ouvir e conversar com a comunidade da Aurora. Foram diferentes momentos que buscamos ouvir e compreender o impasse sobre a instalação da unidade da Funac. A audiência de hoje foi importante porque demonstrou os esforços do Governo do Estado no diálogo com a comunidade, valorizando a importância da defesa de políticas públicas de proteção aos adolescentes infrato-

res. O compromisso do Governo do Estado é com a vida e a dignidade humana”, afirmou o Secretário, que reforçou o papel do Estado na condução dessa política.

## Conciliação

Para a população o sentimento de conciliação prevaleceu. “Estou muito feliz porque essa é uma luta que a gente estava tendo e porque o Estado não queria abrir mão da unidade na Aurora. Mas, hoje, com a audiência, conseguimos um acordo que vai beneficiar a todos nós”, afirmou a dona de casa e moradora da comunidade da Aurora, Cristiana Souza.

Como resultado, o Governo do Estado se comprometeu a realizar a transferência da unidade da Aurora até dezembro de 2017 para

uma sede própria e ainda garantiu reforma de praça de esportes e instalação de posto 24 horas da Polícia Militar. Outras políticas públicas que beneficiarão a comunidade da Aurora serão articuladas junto à Prefeitura de São Luís.

## Regionalização e Reforma

O Governo do Estado construirá e reformará unidades da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac) e dará continuidade à política de regionalização do órgão, atendendo ao compromisso com as medidas de proteção a adolescentes infratores sob a tutela do estado. Seguindo as regras do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o poder executivo reforça sua preocupação com a segurança na sociedade, respeitando as garantias dos direitos humanos a todos.

# Fora da Pauta

Willian Marinho

[williamarinho@hotmail.com](mailto:williamarinho@hotmail.com)

## **Retorno**

Estás nas mãos do desembargador Guerreiro Junior a decisão sobre o retorno do ex-presidente da Federação Maranhense de Futebol, Carlos Alberto Ferreira. Medida em decisão liminar estaria sendo aguardada e atende pedido dos advogados de Ferreira, que foi defenestrado do cargo por decisão judicial, quando somente os presidentes dos clubes é que poderiam fazer isso, pois a FMF é entidade privada. Guerreiro Junior é desportista e já dirigiu o Bacabal.

# Inscrições para projetos sociais estão abertas em Passagem Franca

Estão abertas desde esta segunda-feira (23) em Passagem Franca as inscrições para instituições que desenvolvam projetos sociais. O objetivo é selecionar projetos que vão receber recursos financeiros arrecadados com as transações penais, prestações pecuniárias e suspensão condicional do processo ou da pena. Conforme Edital publicado pelo Judiciário, as inscrições seguem abertas até o dia 3 de fevereiro. Podem se inscrever instituições públicas ou privadas, que tenham comprovada finalidade social e sejam sediadas na Comarca de Passagem Franca.

O documento, assinado pela juíza titular Arianna Rodrigues de Carvalho Sarai-

va, ressalta que a seleção cumpre com a finalidade pública quanto à destinação dos recursos oriundos de prestações pecuniárias das penas e medidas alternativas. “A ideia é selecionar entidades e firmar convênio para prestar apoio financeiro no desenvolvimento de ações e projetos sociais de interesse público e que atuem em comunidades vulnerabilizadas pela situação de pobreza”, destaca a magistrada no Edital.

Observa o documento que podem participar as entidades que estejam em atividade há pelo menos um ano e que tenham sede em Passagem Franca. Desenvolver ações continuadas de caráter social nas áreas de assistência social,

educação, trabalho e renda, esporte, saúde, cultura e meio ambiente são requisitos exigidos. O Edital enfatiza que a entidade participante não pode ter finalidade lucrativa. Os projetos deverão ter como público-alvo as comunidades de baixa renda e o custo total não pode exceder o limite de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Entre os documentos exigidos para a inscrição estão: Ata de fundação registrada em cartório, estatuto social, ata da última eleição da diretoria registrada em cartório, relação dos nomes dos membros da diretoria assinada pelo presidente; Cópia do CPF e do RG do presidente. No caso da entidade atender ado-

lescente, apresentar comprovação de registro junto ao CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente).

A inscrição só será considerada efetuada com a entrega de toda a documentação acima exigida. O repasse financeiro às entidades selecionadas será feito através de alvará judicial em nome do presidente ou do diretor da entidade, que após levantar os recursos na agência bancária, deverá apresentar ao juiz o comprovante/boleto bancário. Qualquer dúvida sobre o edital poderá ser esclarecida no Fórum de Passagem Franca ou através do telefone (99) 3558-1351 e, ainda, pelo e-mail [vara1\\_pfra@tjma.jus.br](mailto:vara1_pfra@tjma.jus.br).

# Prefeito de Bacabal é impedido de usar recursos pela Justiça

Zé Vieira (PR), prefeito do município de Bacabal, a 240 km de São Luís, está impedido pela Justiça de mexer nos cofres públicos do município porque atualmente a cidade possui dois presidentes na Câmara de Vereadores.

Os atuais presidentes da Câmara de Bacabal, Cesar Brito, pertencente ao grupo do prefeito, e Edivan Brandão, ligado a oposição, foram eleitos em uma sessão tumultuada no último dia primeiro de janeiro. Na ocasião, teve até a presença da polícia para acalmar os ânimos.

O grupo político do prefeito elegeu um presidente por nove votos a zero contando com um voto de um suplente, sob a alegação que os vereadores de oposição abandonaram a sessão e um deles não tinha a do-

cumentação necessária. O presidente da Câmara eleito pelo o grupo do prefeito que deu posse a ele, mas em uma sala ao lado os oito vereadores de oposição elegeram outro presidente.

A oposição alega que o prefeito não tem legitimidade porque foi empossado por um presidente da Câmara eleito com o voto de um suplente contrariando o regimento da casa. Os vereadores de oposição enviaram aos bancos públicos um ofício que resultou no bloqueio das contas do município. O caso está na Justiça.

Segundo o juiz Marcelo Moreira os vereadores de oposição alegam que houve violação ao regimento interno da Câmara Municipal de Bacabal. "Eles alegam uma série de erros procedimentais, de violações ao regimento interno da Câmara

Municipal justamente com o intuito de tornar sem efeito o ato de posse desse grupo de vereadores e consequentemente a própria posse do prefeito municipal", disse.

O impasse na situação está causando problemas em vários setores do município e prejudicando a população em áreas consideradas essenciais como a saúde e a educação. Por conta do impasse a administração pública decidiu adiar o início das aulas nas escolas municipais, pois não havia dinheiro para a merenda.

A situação está preocupando os pais de alunos. Como é caso da aposentada Maria Araújo Souza que afirma que teme que o seu filho perca o ano. "Já está com um bocado de dia que diz que vai ter aula e era para começar agora em fevereiro, e já não vai come-

çar e a gente não sabe quando vai começar. As crianças em casa. Estão se atrasando", desabafou a aposentada.

No Posto de Saúde os medicamentos já começaram a faltar nas prateleiras da farmácia. A enfermeira Maria Zélia Carvalho conta que o atendimento aos pacientes só está sendo realizado por meio do ambulatório. "Nós estamos sem medicamento. Aqui a gente só atende ambulatório".

O vice-prefeito Florêncio Neto (PHS) disse que aguarda uma definição urgente da Justiça antes que a situação fique ainda mais complicada em Bacabal. "A gente espera que haja uma aceleração dessas medidas judiciais para que brevemente isso tudo seja resolvido aqui em Bacabal", finalizou.

# Diálogo entre governo e comunidade garante funcionamento da Funac na Aurora

Após iniciar uma série de diálogos com a comunidade da Aurora, conduzidos pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos (Sedihpop), o Governo do Estado assinou, nesta quarta-feira (25), acordo com representantes do bairro em audiência pública de conciliação, no Fórum Desembargador Sarney Costa. Conduzido pelo juiz Douglas Martins, da Vara de Direitos Difusos e Coletivos, o acordo pôs fim a impasses sobre a instalação da unidade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), na localidade.

A audiência teve a participação do procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, do subsecretário de Estado de Infraestrutura (Sinfra), Adenilson Pontes, da secretária adjunta de Obras Setoriais da Sinfra, Leonara Gondim Ataíde, do secretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves, da presidente Funac, Elisângela Cardoso e de membros da comunidade. O objetivo do diálogo foi buscar um caminho adequado para a manutenção da unidade da Funac no bairro da Aurora, garantindo a execução das medidas socioeducativas na área metropolitana.



O diálogo foi a palavra chave na audiência. “Abrir espaços de debate como este são muito importantes porque no Maranhão, atualmente, temos uma gestão participativa. Estamos lidando com políticas públicas que, para serem garantidas, necessitam do diálogo com a população. Este foi um processo litigioso, mas que estivemos muito dispostos a fazer um acordo e conseguimos”, assegurou o procurador geral do Estado, Rodrigo Maia.

Segundo o juiz Douglas Martins, da Vara de Direitos Difusos e Coletivos, o ato desta quarta-feira (25) foi um importante momento para a conciliação entre as partes. “Durante a audiência, ouvi as partes, fiz sugestões e decidimos pela transferência dos adolescentes da unidade até

dezembro de 2017. O Governo do Estado encaminhou uma equipe com poder de decisão e a presença da comunidade aqui nos ajudou a ter transparência em todo o processo”, afirmou Douglas Martins.

Depois de cumprir longa agenda de articulação e diálogo com a comunidade da Aurora, o titular da Sedihpop, Francisco Gonçalves, destacou que o acordo celebrado no Fórum nesta manhã foi o resultado de um processo de diálogo que foi retomado pelo Governo do Estado no dia 13 de janeiro. “Estivemos ao longo das últimas semanas comprometidos a ouvir e conversar com a comunidade da Aurora. Foram diferentes momentos que buscamos ouvir e compreender o impasse sobre a instalação da unidade da Funac. A audi-

ência de hoje foi importante porque demonstrou os esforços do Governo do Estado no diálogo com a comunidade, valorizando a importância da defesa de políticas públicas de proteção aos adolescentes infratores. O compromisso do Governo do Estado é com a vida e a dignidade humana”, afirmou o Secretário, que reforçou o papel do Estado na condução dessa política.

## Conciliação

Para a população o sentimento de conciliação prevaleceu. “Estou muito feliz porque essa é uma luta que a gente estava tendo e porque o Estado não queria abrir mão da unidade na Aurora. Mas, hoje, com a audiência, conseguimos um acordo que vai beneficiar a todos nós”, afirmou a dona de casa e moradora da comunidade da Aurora, Cristiana Souza.

Como resultado, o Governo do Estado se comprometeu a realizar a transferência da unidade da Aurora até dezembro de 2017 para uma sede própria e ainda garantiu reforma de praça de esportes e instalação de posto 24 horas da Polícia Militar. Outras políticas públicas que beneficiarão a comunidade da Aurora serão articuladas junto à Prefeitura de São Luís.

## TJMA estuda melhorias para facilitar pagamento de custas processuais

Divulgação



A Diretoria Geral do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) Tem estudado uma solução para o pagamento de custas processuais por cidadãos e entes jurídicos que não possuem conta-corrente no Banco do Brasil. A automatização, por meio de contrato celebrado com o BB em 2015, prejudicou o pagamento de valores acima de R\$ 2 mil e por aqueles não correntistas.

Nesta semana, o superintendente Regional do BB, Ingo Kobarg Júnior, foi recebido pelo presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, para tratar sobre o assunto. O objetivo é estudar uma solução, em comum acordo, efetivando um aditivo contratual para ampliar as formas de pagamento, que hoje são apenas por meio de boleto bancário pago, exclusivamente, nos terminais de autoatendimento do Banco do Brasil – correntistas – e correspondentes bancários. Representantes do Banco do

Nordeste e o Banco da Amazônia também foram recebidos pelo presidente do TJMA. “ Estamos estudando esse aditivo para facilitar a vida dos nossos jurisdicionados e entes jurídicos. Tenho certeza que o mais breve possível encontraremos essa solução”, explicou Cleones Cunha.

O contrato firmado entre o TJMA e o Banco do Brasil, no ano de 2015 – com validade de cinco anos –, prevê a automatização do sistema de pagamento de custas processuais, podendo ser feito o pagamento nos terminais de auto atendimento do BB (correntistas) e em correspondentes bancários. No entanto, o contrato não prevê o pagamento das custas nos guichês das agências bancárias do BB, prejudicando quem não é correntista do BB. Já quem é correntista possui limite de pagamento, pois os correspondentes só aceitam boletos até o limite de R\$ 2 mil.

## **Ano Judiciário de 2017 é aberto oficialmente em sessão plenária**

Em 2016, o Tribunal de Justiça do Maranhão conseguiu alcançar o índice de 92% em julgamentos. O número foi um dos destaques na fala do presidente da Corte, desembargador Cleones Cunha, durante a abertura do Ano Judiciário de 2017, ontem (25), na primeira sessão plenária após o encerramento do recesso forense e período de suspensão de prazos, julgamentos e sessões. “Estamos iniciando mais um ano de trabalho, entrando no 204º ano de funcionamento ininterrupto do Tribunal de Justiça do Maranhão, oferecendo serviço aos cidadãos”, disse o presidente.

### **BALANÇO**

Para Cleones Cunha, apesar de todas as dificuldades, a Justiça fechou 2016 com um excelente resultado. Além dos 92% de julgamentos em 2º Grau, a Justiça de 1º Grau alcançou um índice de 72%, com 299.438 processos julgados.

“Se levarmos em conta que ainda tínhamos várias comarcas vagas durante o ano de 2016, temos um resultado bem significativo e podemos imaginar que o índice seria muito maior se os juízes tivessem sido nomeados ainda no início do ano passado”, comentou o desembargador, pontuando que atualmente apenas Tasso Fragoso e Sucupira do Norte estão sem juiz titular. Mesmo ressaltando os bons resultados, o presidente afirma que é preciso fazer mais. “Temos gargalos na Justiça e situações que precisamos enfrentar, como a questão dos processos criminais de presos provisórios e o grande acervo das Varas da Fazenda Pública de São Luís, que possuem acervos chegando a mais de 15 mil processos”, analisou.



Estamos iniciando mais um ano de trabalho, entrando no 204º ano de funcionamento ininterrupto do Tribunal de Justiça do Maranhão, a terceira Corte mais antiga do Brasil, oferecendo serviço aos cidadãos”, disse o presidente do TJ, Desembargador Cleones Cunha, convidando o Coral ESMAM para uma pequena apresentação na Sala das Sessões Plenárias.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



## **TJ aprova projeto de lei de alteração na tabela de vencimentos dos servidores efetivos**

O Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão administrativa extraordinária, aprovou projeto de lei, elaborado pela Presidência da Corte, que altera a tabela de vencimentos dos servidores do Judiciário ano-base 2014, com o reajuste de 6,3%. A mensagem para envio do projeto à Assembleia Legislativa está sendo elaborada, mas ele só deve ser apreciado em fevereiro, com o retorno das atividades parlamentares.

A elaboração do projeto de lei foi possível com a aprovação do Orçamento 2017 – R\$ 1,2 bilhão – para o Judiciário maranhense e de emenda orçamentária solicitada pelo TJMA – R\$ 22 milhões –, após cortes na proposta de orçamento enviada originalmente. “Após diversas negociações, conseguimos garantir o reajuste no orçamento para 2017 e vamos implantar”, disse o desembargador Cleones Cunha durante a sessão.

- A construção do Residencial José Chagas, já em andamento e que pretende beneficiar com moradia digna os atuais moradores de palafitas do São Francisco e adjacências, teve suas obras paralisadas após decisão liminar do desembargador Kleber Costa Carvalho, em favor de um recurso movido por Francisco Jorge Oliveira Boueres e mais seis familiares contra despacho do juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, que havia negado a suspensão da obra.

# Acordo com comunidade encerra impasse e Funac permanece na Aurora até dezembro

PÁG. 4 [C1]

DIVULGAÇÃO



Audiência Pública com representantes da Funac foi realizada nesta quarta-feira (25)

# Acordo encerra impasse e Funac permanece na Aurora até dezembro

Após iniciar uma série de conversas com a comunidade da Aurora, conduzidas pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, o governo do Estado assinou acordo, ontem, com representantes do bairro, em audiência pública de conciliação no Fórum Sarney Costa. Conduzido pelo juiz Douglas Martins, da Vara de Direitos Difusos e Coletivos, o acordo pôs fim a impasses sobre a instalação da unidade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), no bairro da Aurora.

“Este foi um processo litigioso, mas que estivemos muito dispostos a fazer um acordo e conseguimos”, assegurou o procurador geral do Estado, Rodrigo Maia. Segundo o juiz Douglas

Martins, da Vara de Direitos Difusos e Coletivos, o ato foi um importante momento para a conciliação entre as partes. “Durante a audiência, ouvi as partes, fiz sugestões e decidimos pela transferência dos adolescentes da unidade até dezembro de 2017. O governo do Estado encaminhou uma equipe com poder de decisão e a presença da comunidade aqui nos ajudou a ter transparência em todo o processo”, afirmou o magistrado.

O titular da Sedihpop, Francisco Gonçalves, destacou que o acordo celebrado foi o resultado de um processo de diálogo retomado pelo Governo do Estado no dia 13 de janeiro. “Estivemos ao longo das últimas semanas comprometidos a ouvir e conversar com a comunidade

da Aurora. Foram diferentes momentos que buscamos ouvir e compreender o impasse sobre a instalação da unidade da Funac”, afirmou o secretário.

Como resultado, o governo do Estado se comprometeu a realizar a transferência da unidade da Aurora, até dezembro de 2017, para uma sede própria, e ainda garantiu reforma de praça de esportes e instalação de posto 24 horas da Polícia Militar. Outras políticas públicas que beneficiarão a comunidade da Aurora serão articuladas junto à Prefeitura de São Luís, segundo Francisco Gonçalves.

## **REGIONALIZAÇÃO E REFORMA**

Segundo a Sedihpop, o governo do Estado construirá e

reformulará unidades da Funac e dará continuidade à política de regionalização do órgão, atendendo ao compromisso com as medidas de proteção a adolescentes infratores sob a tutela do estado. Seguindo as regras do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o poder executivo reforça sua preocupação com a segurança na sociedade, respeitando as garantias dos direitos humanos a todos. A expansão do sistema socioeducativo levará ao fim do uso de imóveis alugados na área metropolitana e ainda evitará a ocorrência de superlotação, garantindo a segurança de crianças e adolescentes internados nas unidades da Funac, no Maranhão.

Divulgação



Audiência Pública foi realizada nesta quarta-feira (25), no Fórum Sarney Costa